

## **Ata da 27ª Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal – Consea/DF, em 31 de janeiro de 2013.**

---

No dia 31 de janeiro de 2013, às 9h30, na sede da Embrapa, sala Álvaro Barcelos, a Presidente do Consea-DF, Abiail Ferreira iniciou a 27ª Reunião Ordinária do Consea – DF com a seguinte pauta: (1) Abertura; (2) Leitura e aprovação da pauta; (3) Informes - pelo Secretário Executivo do Consea-DF; (4) Encaminhamentos do Grupo de Trabalho – Plano DF Sem-Miséria; (5) Palavra do Secretário de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda Sr. Daniel Seidel; (6) Palavra dos Conselheiros e (7) Encerramento. Os presentes na reunião foram: a presidente do Conselho Abiail Ferreira; da Secretaria de Estado Desenvolvimento Social e Transferência de Renda o conselheiro titular Daniel Seidel e a conselheira suplente Maria de Fátima Carvalho; da Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural o conselheiro suplente Marcelo Botton Piccin; da Secretaria de Estado de Educação a conselheira suplente Eliene Ferreira Sousa; da Secretaria de Estado de Governo o conselheiro suplente Alexandre Vannucchi; da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos o representante Ademilson Pereira de Araújo; da Secretaria de Estado da Igualdade Racial o conselheiro titular Viridiano Custódio de Brito e a conselheira suplente Cláudia Maria dos Santos Ferreira; da Secretaria de Estado de Saúde a representante Mariana Martins; da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico a representante Débora Jeane Oliveira; dos Territórios das Águas Emendadas- COTAE o conselheiro titular Augusto Justino de Souza; da Organização não Governamental – GENESIS a conselheira titular Clara Terko Takaki Brandão; do Centro Comunitário da Criança de Ceilândia a conselheira titular Rita Silva Ramos; do Movimento Afrodescendente de Brasília-MADEB o conselheiro titular Rui Perpetuo Gomes; da Casa Afrocultural e de Assistência Tenda de Oxalá o conselheiro titular André Luiz de Souza; do Instituto Brasil Floresta Sagrada-IBRAFS o conselheiro suplente Alexandre Silveira de Souza; do Indígenas do Noroeste o conselheiro titular Rafael Wedero Wa Were E; da Associação dos Empresários da CEASA/DF-ASSUCENA o conselheiro titular Luciano Cerqueira Vilela; da Cooperativa dos Produtores do Mercado Orgânico de Brasília – COOPERORG a conselheira titular Adelina Justino da Costa Melo; da Pastoral da Pessoa Idosa a conselheira titular Ana Maria Ferreira Melo; da Obra Social Santa Isabel a representante Lucilene C. Santos Vaz; do Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN o conselheiro titular Rodrigo Almeida Noleto; da Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do DF e Entorno-CENTCOOP o conselheiro suplente Ronei Alves da Silva; da Comunidade de Paranoá e Itapuã-CEDEP a conselheira titular Maria de Lourdes Pereira de Oliveira e a conselheira

suplente Maria de Lourdes Pereira dos Santos; do Conselho Regional de Nutricionista – CRN a conselheira suplente Daniela Pereira do Couto; do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Distrito Federal - CDRS a conselheira titular Maria do Socorro Marques Miranda e a conselheira suplente Cleusa Maria da Silva; da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos – ABRANDH a conselheira titular Marília Leão; da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do DF e Entorno FETADFE o conselheiro titular Itamar Gomes Vitor; do Serviço Social da Indústria do Distrito Federal SESI a conselheira titular Angela Aguirra Fiorese e a conselheira suplente Fernanda Gomes Carvalho da Silva; do SESC-MESA BRASIL a conselheira titular Marlete Ribeiro Carvalho de Salles Oliveira; do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição – OPSAN a conselheira titular Elisabetta Recine; da Secretaria Executiva do CONSEA DF Hérmãos Moreira Machado e a Assessora Rosângela Oliveira Freire; e os convidados: pela SUBSAN/SEDEST: Gabriela Franco, Helen Altoé Duar Bastos, Andrielle H.R. de Oliveira, Camila C D Naves, Francisca S. Sousa, Tatiana Pereira, Maria José A. Souza, Everaldo Rodrigues dos Santos; pela SEDEST Cláudia Sabóia; da SUBSAN-GERSAN/SEDEST Luciane da S. Timóteo; da SDE Débora J. O. Batista; da SEDF Mariana Vilela Vieira; da NSPN-SEPIR Paulo José Dantas de Jesus. A presidente Abail Ferreira, iniciou a primeira plenária do ano de 2013, dando boas vindas e desejando a todos(as) um próspero e abençoado ano, e passou a palavra ao secretário executivo Sr. Hérmãos Machado, para aprovação da pauta e informes. O Sr Hérmãos apresentou ao grupo três pontos para acrescentar na pauta: formar um GT, para trabalhar o 1º Encontro de SAN e a capacitação dos conselheiros; formar outro GT para preparar a próxima plenária - Março/2013 – com o tema: Agricultura no DF, com foco na Agricultura Familiar; e como terceiro ponto aprovar o calendário de reuniões 2013. Foi aceito às inclusões na pauta e aprovado o calendário de reuniões do Consea-DF em 2013. A presidente convidou Maria de Fátima Carvalho, Marília Leão e Helen Altóe para compor a mesa. Seguindo com os informes, Hérmãos Machado, falou que a Sra Maria de Fátima Carvalho apresentará o resultado da pesquisa da CODEPLAN sobre a Identificação e Percepção dos Usuários dos Restaurantes Comunitários no Distrito Federal. A presidente, Abail Ferreira, falou da *visita in loco* ao restaurante comunitário da Estrutural, após a reunião. A Srª Maria de Fátima de Carvalho, complementou, perguntando quantos conselheiros pretendem participar desta visita, para agilizar o processo das compras dos tíquetes do almoço. Prosseguiu com a apresentação da pesquisa da CODEPLAN sobre a Identificação e Percepção dos Usuários dos Restaurantes Comunitários no Distrito Federal, que foi divulgada em 17 de dezembro. Para a realização da pesquisa, foram aplicados 4.900 questionários nos 13 Restaurantes

Comunitários do Distrito Federal, durante os meses de agosto e setembro, com objetivos principais de identificar o perfil e o grau de satisfação dos usuários. As avaliações positivas foram predominantes, sendo que o item com melhor avaliação foi "refeição saudável". A pesquisa demonstrou que a refeição servida nos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal é de boa qualidade e em quantidade suficiente, ela demonstra também que mais da metade dos usuários dos Restaurantes comunitários reside na própria região administrativa onde os mesmos estão instalados. Já foi recebido o relatório final da CODEPLAN que vai ser passado para a secretaria executiva do CONSEA DF, que vai colocar a disposição dos conselheiros, o que a gente tem agora é um relatório unidade a unidade, conhecer caso a caso, possibilitando o aperfeiçoar deste equipamento público. A presidente Abigail Ferreira convidou o Secretário Daniel Seidel para compor a mesa, que saudou a todos(as) e a seguir Marília Leão fez uma síntese da última reunião ordinária do CONSEA DF explicando quais os procedimentos e metodologia usados pelo Grupo de Trabalho responsável por preparar, pesquisar, debater, conhecer, e fazer sugestões ao tema DF Sem Miséria. O GT se reuniu duas vezes, uma para debate e a outra foi um diálogo com os gestores do DF Sem Miséria, para levantar dados que serão apresentados nesta plenária pelo Secretário Daniel Seidel, e assim poder fazer um debate colhendo aqui sugestões dos conselheiros para formular uma Exposição de Motivos que será apresentado ao Governador. Marília Leão passou a palavra para o Secretário Daniel Sedeil, que iniciou dizendo da disposição de construir este debate, a alegria de ter aqui o Conselho com esta representatividade, autonomia e independência. Aproveitou e fez um apelo para os membros do governo poder avançar mais e caminhar com a sociedade civil dentro do CONSEA DF, que os membros governamentais da CAISAN DF serem os mesmos do CONSEA DF. Prossequindo pediu que os conselheiros acompanhassem na apresentação do DF Sem Miséria com a revista do Desenvolvimento Social do DF "Políticas Públicas para enfrentar a pobreza no DF", a qual ele iria ilustrar algumas atualizações, primeira coisa importante, o DF Sem Miséria está em perfeita sintonia com Brasil Sem Miséria, com objetivos específicos: Reduzir as desigualdades sociais; Elevar a qualidade de vida da população pobre e extremamente pobre; ofertar serviços públicos à população pobre e extremamente pobre e Gerar emprego e renda, sendo 03 (três) eixos: 1 - Garantia de Renda, 2 - Acesso a serviços públicos e 3 - Inclusão Produtiva, por meio de qualificação profissional e geração de trabalho e renda. O Planejamento Estratégico do Governo do Distrito Federal é de "Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e na RIDE/DF, garantindo renda, proporcionando acesso a serviços, gerando oportunidades de emprego e renda na área rural e urbana." O Distrito Federal é um lugar de desigualdades, tem

gente muita rica, é a maior desigualdade do Brasil, além de 33 territórios de maior vulnerabilidade social, segundo a pesquisa realizada pelo Dieese. Neste primeiro ano do DF Sem Miséria, além da migração para o Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal, com o aprimoramento dos programas existentes, foi realizada a Busca Ativa das famílias extremamente pobres. Com 35.780 famílias recebendo a complementação financeira do DF Sem Miséria, as famílias extremamente pobres do Distrito Federal beneficiárias do PBF, terão elevada sua renda *per capita* para R\$100,00 (cem reais), com limite máximo de benefício de até R\$ 300,00 por família. O primeiro ano do Plano DF sem Miséria foi - dedicado à Garantia de Renda; unificação das bases cadastrais no Cadastro Único Federal; Busca Ativa; focalização nos extremamente pobres; inclusão no Programa Bolsa Família e na complementação financeira do DF Sem Miséria. E para o segundo ano - ampliação do Acesso a Políticas Públicas, para ampliar a proteção social e fortalecer os membros das famílias pobres e extremamente pobres; desenvolvimento econômico, social e cultural da população do DF e redução das desigualdades sociais no Distrito Federal e no Brasil. A meta é superar a extrema pobreza até 2014. O principal desafio do enfrentamento da pobreza no DF está em consolidar um sistema de proteção social integral para o Distrito Federal, sustentável e compatível com os múltiplos e complexos desafios existentes na capital da República, capaz de articular e integrar esforços e iniciativas governamentais e não governamentais para dar respostas positivas às necessidades e demandas da população mais vulnerabilizada pela pobreza e pelos riscos sociais. Como destaques das comemorações do 1º ano do Plano DF Sem Miséria temos: a Realização do Seminário (Balanço e Perspectivas) nos dias 18 e 19 de outubro de 2012; o Lançamento da Revista Desenvolvimento Social e a Assinatura de Protocolo de Intenções entre SEDEST e CEB – tarifa social para famílias do PBF. Terminada a apresentação, o Secretário, Daniel Seidel, passou a palavra para Marília Leão, ficando a disposição para prosseguir o debate e o diálogo. Marília, inicialmente, parabenizou o Secretário, pela forma de abrir o diálogo e estar presente, é muito importante para a sociedade civil, prosseguiu passando um relato do que o grupo discutiu, passando as questões. A presidente saudou e apresentou a todos(as) o Secretário de Estado da Igualdade Racial, o conselheiro titular Viridiano Custódio de Brito, que agradeceu e parabenizou todos(as). A presidente determinou 2 minutos para cada conselheiro inscrito para o debate. Começou por Eliene Sousa que esclareceu primeiro que a universidade distrital está prevista no PPA 2012 a 2015, é uma integração da FEPECS -Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde e da EAPE – Escolas de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Distrito Federal, que também prevê a inclusão desta universidade distrital e também a

escola de governo. A secretaria de Educação tem previsto um atendimento dentro do DF alfabetizado, 3 milhões do PAPA- DF, para aquisição da produção agrícola; e que a educação técnica ela é um dos eixos prioritários da secretaria de Educação e uma gestão integrada ao ensino médio; houve uma garantia do orçamento das construções das creches, houve um grande investimento para construção das creches, 06 processos licitatórios já foram executados; sobre a dificuldade da execução do orçamento, a Secretaria de Educação teve uma das menores execuções e isso se reflete no orçamento, com redução de quase 50%. Este ano caiu para 54 milhões; Eliene convidou a todos(as) para o 2º Seminário de Alimentação Escolar e Agricultura Familiar, da Secretaria de Educação e Secretaria de Agricultura, nos dias 06 e 07 de Fevereiro e encerrou falando do Cartão Material Escolar para as famílias beneficiárias do Bolsa Família. As famílias receberão o cartão para comprar nas papelarias o material escolar. Em seguida, Alexandre Silveira, falou da questão sobre moradia do programa do governo, a população de renda baixa não tem condição de financiamento, tem que ter uma revisão dos valores, financiamento, taxa de juros, o uso de termos técnicos, dificulta o entendimento, como está não é viável; a universidade pública, verificar as quotas, criar uma quota maior, porque não o acesso apenas para as escolas públicas; lançamento do Plano Nacional do Desenvolvimento Sustentável para Povos de Matriz Africana; criação de um programa de resíduos líquidos, para reciclagem destes resíduos. Maria de Lourdes fez pergunta sobre as cozinhas comunitárias, onde vão ser implantadas e quando, e o processo de administração destas cozinhas, vão ser os empresários? E sobre a próxima contratação das novas empresas que vão administrar os restaurantes comunitários, se há a possibilidade de outras entidades com outros princípios também concorrer ao processo de licitação? Ronei Alves, falou que houve mais uma ação da SEDEST que não foi falado aqui, que é foi auxílio vulnerabilidade para os catadores do lixão no final do ano tendo em vista as chuvas; o encerramento do lixão de junho será impossível sem a implantação da construção de centro de triagem e a criação da coleta seletiva com destinação de resíduos para as cooperativas e associações dos catadores; parabenizou a SEDEST que pegou um fardo que não é dela, a questão dos catadores é um fardo do Serviço de Limpeza Urbana; implantar o comitê que vai discutir o acesso das cooperativas ao Centro de Triagem; que o governador acertou quando colocou o secretário Daniel Seidel na SEDEST, pois a SEDEST vem tentando entender os catadores. Marcelo Piccin comentou 03 pontos importantes para acrescentar no balanço: política de reforma agrária no Distrito Federal que tem uma relação direta com a miséria rural, criar uma política de assentamento; e dois desafios, o primeiro o acesso aos programas, e o segundo é um desafio muito

interno do governo que é a execução orçamentária, problemas na Central de Compras que não foi resolvido, comprar um prego ou alimentação escolar, chegar a correr 15 meses de licitação, para não se perder mais orçamentos. Cleusa parabenizou o secretário porque quando se fala de produção agrícola, miséria e fome, muitas pessoas falam de estatísticas e o Secretário fala com emoção e conhecimento de quem vive e conhece. Ela perguntou quais os cuidados que a SEDEST tem a tomar com os produtores da região de Recanto das Emas, onde houve uma reintegração de posse pelo governo deixando essas famílias vulneráveis. Sobre a *visita in loco*, sugeriu aos conselheiros responsáveis que procurem o Conselho de Desenvolvimento Rural para informações sobre as comunidades mais pobres da área rural. Itamar Vitor, falou sobre a questão dos ônibus que são disponibilizados na zona rural para os estudantes do ensino fundamental, mas os estudantes do ensino médio, EJA e supletivo não tem acesso, ver a possibilidade de meios de transportes para estes jovens principalmente no período noturno, outro ponto é o fornecimento de produtos da agricultura familiar para os restaurantes comunitários. Maria do Socorro, perguntou se tem projeto de construção e instalação de creches na área rural, e sobre o lixo informou que em Brazlândia está sendo executado um projeto piloto de recolhimento do lixo seco. Continuando o debate foi passado para o secretário Daniel Seidel, para as respostas e esclarecimentos. Agradeceu a Eliene Sousa e Marcelo Piccin, que complementaram na visão de governo algumas outras ações. Vale a pena ser trazido para o CONSEA a Política de Reforma Agrária que foi assinado junto com o MDA e a Política de Alimentação Escolar, para ser cobrado e incrementado. Informou que no ano passado (2011) foi possível executar 95% e 2012 98% do orçamento destinado a SEDEST. Os problemas: a Central de Compras, licitações dos restaurantes em 12 meses, esses problemas são problemas comuns. O que aconteceu que o mesmo tanto ficou empatado na Central de Compras de um ano pro outro, trabalha-se com despesas autorizadas, resultou no crescimento do orçamento da SEDEST da ordem de 42%, hoje o orçamento da SEDEST, passa de ½ milhão de reais, uns dos maiores do GDF, e que temos de cuidar dessa execução, que é um trabalho árduo. Foi feita uma proposta orçamentária muito maior que esta, mesmo com os cortes tradicionais é um reconhecimento; investimento para superação da extrema pobreza, uma ação deliberada pelo Governador. Outras Políticas públicas que não foram viabilizadas ainda, vai ter uma grande conquista que é a redução da tarifa social de energia elétrica, com desconto de até 65% para famílias do Bolsa Família, que ainda vai ser anunciado pela Presidente Dilma. Em termos de pessoal, o diálogo que tivemos foi muito rico, Cláudia Saboia "chefe da divisão executiva do DF Sem Miséria" é quem faz as

costuras internas legais para que as coisas aconteçam. O funcionamento do Comitê Gestor do DF Sem Miséria de 2011 ficou muito comprometido, por isso achou válido que um conselheiro do CONSEA DF passe a acompanhar e observar, isso é muito importante. Respondendo a Maria Lourdes, o desafio que nós temos é criar condições legais para conveniar dentro das políticas públicas de SAN, por que de fato estes contratos vencem em julho, e eles podem ser renovados até 60 meses, temos discussões internas de modificação, de poder colocar nos próximos contratos a aquisição dos produtos da agricultura familiar dentro dos restaurantes comunitários e outros quesitos que hoje não estão, mesmo sabendo que vai demorar e virar exercício, e sabendo que vai gerar uma disputa muito grande, são resoluções que devem ser pensadas e discutidas. E que entidades sociais podem participar nestes equipamentos de SAN, não foi pensado ainda. O que estamos pensando em termos de alterações seria que cada lote fosse de um restaurante, evitando assim que uma única empresa participante de licitação, ganhar muitos contratos, para ter um número maior de fornecedores dessa forma, obter mais e mais uma alimentação adequada. Quais os restaurantes são mais propícios para uma gestão diferenciada. Esses contratos podem ser renovados e a partir de uma nova licitação interrompe e coloca os novos fornecedores. Sobre as cozinhas comunitárias, primeira ideia que temos é fato junto ao Centro POP, a construção de uma delas, para fornecimento de alimentação pra a população em situação de rua, tem demandas da expansão de Samambaia, e tem discussões de entidades que tem cozinhas e tem equipamentos, mas justamente como não tem um instrumento de conveniamento, ainda não pensou; pediu que pra preservar melhor o assunto, criar uma pauta com um debate mais detalhado, sugere que seja debatido em outra oportunidade com um tempo maior. Sobre outras políticas públicas, orçamento contingenciado, esse é um desafio que agente tem, a gestão do orçamento da SEDEST é uma gestão centralizada, que tem os prós e os contras, mas é uma diretriz que pode potencializar a execução. Nenhuma secretaria é dona exclusiva do seu orçamento, com exceção dos limites orçamentários que são constitucionais, por isso estas pautas que se coloca de novas ações, de construções e de novos serviços, elas são importante, porque significa o quanto orçamento vai para superação da extrema pobreza. Falou com Cláudia Saboia, que se pode levantar e identificar qual o orçamento do DF Sem Miséria em cada secretaria. Em relação a Minha casa Minha Vida, até onde sabe, tem critério diferenciado na primeira faixa, vai buscar informações, para passar de forma mais propícia. Voltando na questão de pessoal, o Conselho pode sim fazer a solicitação para que fosse criada especialidade de analista em nutrição ou técnico de nutrição dentro da carreira pública. Na educação, além dessas questões que Eliene falou, o

desenvolvimento e implantação nos campos dos institutos federais de Brasília, são 6 com previsão de chegar a nove (09) institutos. PROUNI, ENEM que propiciam uma maior probabilidade de ingresso. Precisa de uma pauta voltada para as questões dos catadores, reconhecendo que os catadores são agentes ambientais. Nós temos o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, falou do IGD – Índice de Gestão Descentralizada, que quanto mais atualizado significa mais recursos e cadê o IGDSAN? Precisa começar ter outras conquistas pra acesso a recursos para área de SAN. Tem muitas conquistas e institucionalizações pra fazer na relação do estado com a sociedade civil do campo da segurança alimentar para que seja um campo de direitos. Agora o desafio, se tem caminhado muito no âmbito da assistência social nessa relação com a sociedade civil, mas no âmbito de SAN, ainda estamos devendo algumas interfaces, a construção do I Plano de SAN pode talvez possa apresentar isso, mas as próprias parcerias das entidades que recebem os produtos da agricultura familiar são âmbito da assistência social, seria possível ter entidades com essa identidade de SAN? Talvez a própria cidadania organizada possa responder a isso, porque cada vez temos instituições que contribuem e colaborem para a garantia do direito humano a alimentação, isso valeria a pena, porque facilita muito, porque saem um desse processo licitatório que demora 12, 15 meses para um chamada pública que demora apenas uns 30, 60 dias, que dá muito mais agilidade para o cumprimento do dever do direito humano a alimentação adequada, são questões que saem daqui pra pensar. Terminou agradecendo a oportunidade e dizendo que sempre colocar a equipe da SEDEST e da SUBSAN a disposição, e dizer que estão dispostos a caminhar mais e mais ao alcance desse direito. A presidente passou a palavra para Eliene Sousa responder para Maria do Socorro, que respondeu dizendo que são 33 creches, não sabe dizer as localidades mas que está previsto também nas áreas rurais. E respondendo o conselheiro Itamar, sobre o transporte escolar rural, essa é garantia constitucional, já tem registrado aquisição de 50 ônibus próprios com a TCB junto com a secretaria de educação. A ideia do DF Alfabetizado não é com o transporte dos alunos para escola, mas que a alfabetização dos jovens e adultos sejam na área rural. Hérmãos falou para os conselheiros escolherem os GTs, assim o GT – Plenária-Março 2013/Agricultura no DF, ficando formado pelos conselheiros: Marcelo Piccin, Eliene Sousa, um representante da SUBSAN, Itamar Vitor, Augusto Justino, Maria de Lourdes, Maria do Socorro, Bianca Lazarini. Bianca Lazarini da CAISAN solicitou e pediu que fosse aceita a sua participação em todos os grupos de trabalho. O outro GT para trabalhar com o I Encontro de SAN no DF e a capacitação dos conselheiros. Maria de Fátima, falou do projeto de pesquisa aprovado pela PSPQ da Universidade de Brasília, que tem a mesma linha, sugerindo

assim o nome das conselheiras Anelise Rizzolo e Elizabetta Recine. Assim foram feitas as indicações e ficou formado o segundo GT pelos conselheiros: SUBSAN, CAISAN, Educação, Agricultura, Rui Gomes, Clara Brandão, Luciano Vilela, Adelina Justino, e convida para fazer parte: Anelise Rizzolo, Elizabetta Recine e Marília Leão. Hérmãos, falou que a exposição de motivos desta plenária, será apresentada na próxima reunião para aprovação e passou a palavra a presidente Abiaíl Ferreira e agradeceu a presença e a contribuição de todos neste debate, e fez o convite a todos(as) para o almoço no restaurante comunitário da Estrutural, e que há um ônibus a disposição dos conselheiros para o transporte até o restaurante.